

Programa Regional tem 139 desfibriladores

No ano passado, registaram-se 113 activações de Desfibriladores Automáticos Externos (DAE), quase o triplo das activações realizadas em 2013 (43). Só neste ano e até ao princípio de Julho já se tinham registado 72 activações. O aumento é proporcional ao crescimento no número de aparelhos disponíveis e à quantidade de pessoas formadas na área.

António Brazão, cirurgião cardio-torácico e coordenador do SEMER, diz ao DIÁRIO que a Madeira tem actualmente 139 DAE (64 em ambulâncias e 75 em vários espaços), um valor que vai aumentar ainda este ano com a expansão do Programa Regional a 34 centros de saúde.

O rácio é assim muito superior na Região do que ao nível nacional, nas várias vertentes, isto é, no número de aparelhos por 10 mil habitantes (5,4 na Madeira e 1,7 no continente), no número de aparelhos por 100 quilómetros quadrados (18,8 na Madeira e 1,8 no país) e no número de operacionais de DAE por cada 10 mil habitantes (91,8 na Região e 17,8 no país).

Estes são alguns dos números relativos ao Programa Regional de DAE, um programa que visa sobretudo “aumentar a probabilidade de resgatar vítimas de morte súbita, fundamentalmente de origem cardíaca, mas não só, porque a morte súbita pode ter outras causas que, embora não sendo de causa cardíaca, podem ocorrer com uma arritmia deste género e beneficiam do desfibrilhador”.

Mas a desfibrilhação não resolve nada por si só. António Brazão explica que o recurso a um DAE numa situação de paragem cardio-respiratória que acontece fora de uma unidade de saúde é apenas um dos vários elos de uma cadeia de sobrevivência. “Esta cadeia é constituída por quatro elos fundamentais: primeiro reconhecer uma situação de paragem cardio-respiratório e ac-

cionar o 112, depois iniciar o suporte básico de vida, em terceiro o uso do desfibrilhador e o quarto e último, o suporte avançado de vida”.

O cirurgião cardio-torácico explica que todos os casos de paragem precisam de suporte básico de vida, isto é compressões torácicas, mas em 50% dos casos, o que está em causa é uma arritmia e esses beneficiam do choque, sabendo que, “quanto mais precoce for o choque, maior a probabilidade do doente se salvar, porque mesmo aquelas situações em que a paragem inicial foi uma arritmia e não uma paragem linha”. Por isso é importante aumentar a capacidade de utilização dos DAE junto dos leigos, até porque a utilização do desfibrilhador aumenta logo a sobrevida de 5 a 10% para 20 a 30%.

A verdade é que nos últimos anos, com as muitas formações que têm sido promovidas na área, a Região dispõe já de 2.386 operadores de DAE formados e/ou recertificados pelo Serviço Regional de Protecção Civil. Destes, 903 são bombeiros, 711 são enfermeiros e os restantes 772 são outros agentes.

Mesmo assim, e tendo em mente o que está comprovado (só se salvam as vítimas de morte súbita quando a cadeia de sobrevivência funciona em pleno), António Brazão refere que é fundamental apostar na formação, não apenas ao nível das pessoas que estão, à partida, envolvidas na cadeia de socorro, mas de toda a população.

O médico cirurgião esclarece ainda que a formação não passa unicamente por aprender a usar um desfibrilhador, mas sim, algo mais alargado, que ensine exactamente o que é a cadeia de sobrevivência e a agir de acordo. “E por isso o futuro deve passar por investir nas escolas e é isso que estamos a discutir na Madeira há vários anos, mas nunca conseguimos implementar isso em pleno”, refere. “Agora no grupo de

trabalho nacional voltamos a falar nisso e o grande investimento tem de passar por aí”. A verdade é que em termos de valores, este é um investimento que não custa muito, esclarece ainda o coordenador do SEMER. “Temos é de formar formadores, ou seja, formar os professores e eles próprios têm obrigação de dar isso aos alunos. Os miúdos têm de começar por aprender a chamar o 112, os mais velhinhos a fazer suporte básico, e por aí em diante”.

O objectivo seria que acabando a escolaridade obrigatória, todos pudessem ser capazes de identificar uma situação, iniciar o suporte básico, dar início à cadeia de socorro e usar um desfibrilhador. “Isso seria o ideal e não seria muito difícil de atingir”, garante.

Ana Luísa Correia

Recomendações Nacionais

■ A formação no uso de desfibriladores deverá ser obrigatória para quem vai tirar a carta de condução, alunos do ensino secundário e dos cursos de Ciências da Saúde e do desporto bem como para vários grupos profissionais. A recomendação de formação em suporte básico de vida (SBV) e desfibrilhação automática externa (DAE) consta de um relatório publicado na página da Internet do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM). O relatório, no qual são feitas várias recomendações, foi realizado por um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde para estudar a requalificação do Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa de 2009 (em que a Região está representada por António Brazão) e está em discussão pública até dia 27 de Agosto.

No documento é destacado que a desfibrilhação deve continuar a ser enquadrada em programas organizados e manuseada por operacionais treinados e licenciados de acordo com a lei. “Contudo, no momento actual estão reunidas as condições de segurança para que, em situações particulares, o manuseio do DAE possa ser feita por cidadãos não treinados, sempre que possível por indicação telefónica dada pelo médico do CODU [centro de orientação de doentes urgentes], ou estruturas equivalentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em tempo útil e em benefício da vítima”, é referido. Nesse sentido, o grupo trabalho recomenda que a formação no uso do dispositivo passe a ser obrigatória a todos os candidatos à obtenção de carta de condução e de licença marítima turística, alunos no ensi-

no secundário, concretizando-se o currículo oficial em vigor para o treino de (SBV) e acrescido de treino em competências de DAE e alunos do ensino superior das Ciências da Saúde e do Desporto. Para além dos profissionais de saúde, a formação deverá ser também obrigatória a todos os nadadores-salvadores do Instituto de Socorros a Náufragos, agentes da GNR integrados no Grupo de Intervenção Protecção e Socorro (GIPS), novos elementos incorporados nas forças de segurança (PSP, Polícia Municipal, GNR e polícia marítima).